



**CÂMARA
MUNICIPAL**
LUZIÂNIA-GO

PROTOCOLO DE MATÉRIA LEGISLATIVA

Protocolo nº: 999/2025

Matéria: Veto nº 20/2025

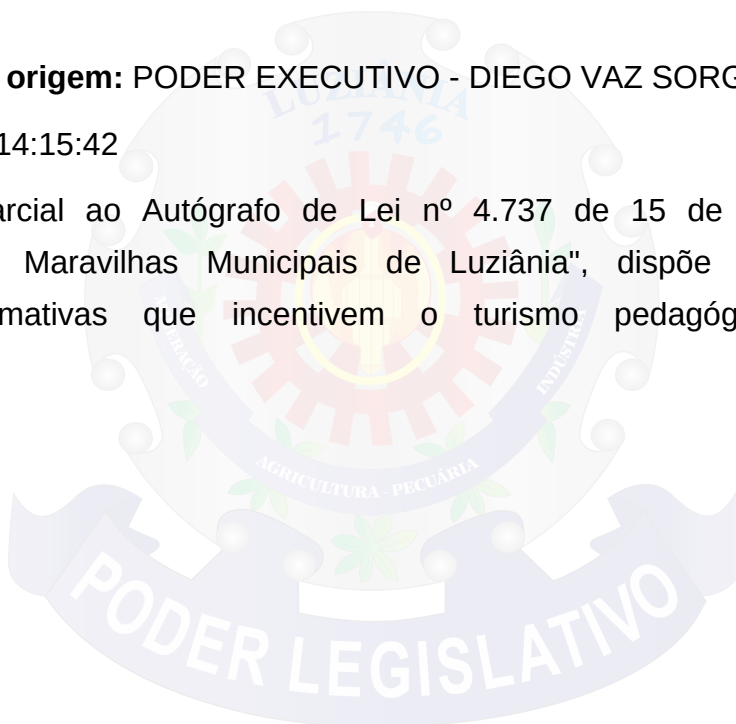
Autoria: Poder Executivo - Diego Vaz Sorgatto

Assunto: placas

Departamento de origem: PODER EXECUTIVO - DIEGO VAZ SORGATTO

Data: 13/05/2025 14:15:42

Ementa: Veto parcial ao Autógrafo de Lei nº 4.737 de 15 de abril de 2025, que Institui as "Sete Maravilhas Municipais de Luziânia", dispõe sobre a instalação de placas informativas que incentivem o turismo pedagógico, e dá outras providências".



Fone: (61) 3622-1880



www.luziania.go.leg.br



Praça Nirson Carneiro Lobo, 34
Centro, Luziânia-GO CEP 72800-060



INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA

ASSUNTO: VETO AO AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.737, DE 15 DE ABRIL DE 2025

EMENTA: Veto parcial ao Autógrafo de Lei nº 4.737 de 15 de abril de 2025, que Institui as "Sete Maravilhas Municipais de Luziânia", dispõe sobre a instalação de placas informativas que incentivem o turismo pedagógico, e dá outras providências.

Ao Excelentíssimo Senhor

FELIPE MEDEIROS NASCIMENTO

Presidente da Câmara Municipal de Luziânia

Praça Nirson Carneiro Lobo nº 34, Centro

72.800-060 – Luziânia – GO

Senhor Presidente,

Cabe-me informar que, nos termos dos artigos 58, §1º, e 75, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Luziânia, que o Autógrafo de Lei nº 4.737 de 15 de abril de 2025, de autoria do nobre Vereador Tiago Ribeiro Machado, que Institui as "Sete Maravilhas Municipais de Luziânia", dispõe sobre a instalação de placas



informativas que incentivem o turismo pedagógico, e dá outras providências, foi parcialmente vetado, pelos fatos e motivos de direitos que passamos a expor:

O veto recai exclusivamente sobre o art. 6º, pelas razões a seguir apresentadas:

1. Razões do veto:

Trata-se de análise jurídica sobre a constitucionalidade, legalidade e interesse público do Autógrafo de Lei nº 4.737 de 15 de abril de 2025, de iniciativa do Poder Legislativo do Município de Luziânia – GO.

O Autógrafo em questão Institui as “Sete Maravilhas Municipais de Luziânia”, dispõe sobre a instalação de placas informativas que incentivem o turismo pedagógico, e dá outras providências.

O dispositivo vetado dispõe:

“Art. 6º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano realizará vistoria periódica nos pontos reconhecidos como maravilhas municipais para garantir sua conservação e a manutenção das placas informativas, apresentando relatórios anuais sobre o estado dos locais e possíveis melhorias.”



Embora o mérito da proposta seja reconhecidamente relevante, a imposição de obrigações administrativas específicas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, como a realização de vistorias periódicas e a apresentação de relatórios anuais, acarreta impactos diretos na organização e no funcionamento da Administração Pública, exigindo mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros que atualmente não estão disponíveis ou previstos.

Ademais, a imposição legislativa de atribuições a órgão do Poder Executivo, sem prévia análise de viabilidade orçamentária e administrativa, configura ingerência indevida do Poder Legislativo nas competências privativas do Chefe do Executivo, violando o princípio da separação dos poderes, previsto no art. 2.º da Constituição Federal, de observância obrigatória também pelos Municípios.

Assim sendo, a proposta acaba por transpor os limites do princípio da separação dos poderes, visto que interfere em atos de organização administrativa que gerarão despesas não programadas pelo Executivo.

Sob a ótica formal, verifica-se que compete privativamente ao Prefeito legislar sobre matéria orçamentária, inclusive quanto à abertura de créditos adicionais, à concessão de auxílios, prêmios e subvenções, nos termos do art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município. Da mesma forma, é de sua competência exclusiva a criação, estruturação e definição das atribuições das



Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública, conforme estabelece o art. 77, inciso III, do mesmo diploma legal.

Portanto, é certo que compete ao Prefeito Municipal, figura que exerce as funções de governo relacionadas ao planejamento, organização e direção de serviços da municipalidade, eleger as prioridades e decidir quais ações governamentais, diretrizes e metas deverão ser estabelecidas para atender ao interesse da população local e de seus servidores, havendo, portanto, inconstitucionalidade quanto à competência na apresentação do Projeto de Lei que ocasionou o presente Autógrafo.

Ressalto, por oportuno, que o ato de sanção ou veto, pelo Poder Executivo, de um Projeto de Lei, seja de sua iniciativa ou não, insere-se no âmbito do Processo Legislativo, sendo o veto em si um mecanismo a conter futura inconstitucionalidade, ilegalidade ou atos contrário ao interesse público, o que ora vislumbro.

2. Conclusão

Diante do exposto, e visando assegurar a legalidade, constitucionalidade e coerência do ordenamento jurídico municipal, VETO PARCIALMENTE o Autógrafo de Lei nº 4.739 de 15 de abril de 2025, especificamente o art. 6º, por vício de inconstitucionalidade e ilegalidade.

Submeto o presente veto à elevada apreciação dessa
Colenda Câmara Municipal.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 13
(treze) dias do mês de maio de 2025.

DIEGO VAZ SORGATTO
PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA